

Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

CNPJ nº 61.101.895/0001-45

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A., tem a satisfação de apresentar o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente, Demonstração do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	220.050	217.205
Contas a receber	6	381.011	385.501
Estoques	8	230.880	208.131
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.924	-
Tributos a recuperar	8	144.619	194.891
Despesas antecipadas	9	10.189	15.359
Outros ativos	9	11.138	2.915
		999.816	1.024.006
Não circulante			
Instrumentos financeiros	5	15.780	6.188
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	80.781	45.181
Tributos a recuperar	8	143.746	204.045
Depósitos compulsórios e judiciais	9	9.826	10.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	90.955	80.539
Despesas antecipadas	9	-	3.942
Imobilizado	10 17	765.590	781.961
Intangível	11	3.690	5.221
		1.110.728	1.137.914

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	130.257	443.217
Fornecedores	13	359.383	490.266
Salários e encargos sociais	14	47.363	37.280
Benefícios a empregados	15	1.444	795
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	30.169	9.453
Impostos a recolher e parcelados	16	25.961	23.479
Passivo de arrendamento	17	27.624	15.812
Provisões diversas	18	19.598	22.405
Outras contas a pagar	19	103.144	52.762
Instrumentos financeiros	28.2 h	42.701	41.972
		827.644	1.137.441
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	521.455	317.460
Fornecedores	13	-	3.527
Benefícios a empregados	15	10.982	6.139
Passivo de arrendamento	17	179.427	183.072
Provisão para demandas judiciais	20	27.018	14.876
Impostos a recolher e parcelados	16	-	7.389
Outras contas a pagar	19	245.502	-
Instrumentos financeiros	28.2 h	25.630	3.059
		1.010.014	535.522

Patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Capital social	22	1.000	249.394
Reserva legal	22	10.661	10.661
Reserva de lucros	22	242.540	202.566
Reservas de reavaliação		20.512	21.910
Ajuste de avaliação patrimonial		1.310	2.899
Outros resultados abrangentes	15.c	(8.137)	(5.221)
		272.886	488.957
Total do passivo e patrimônio líquido		2.110.544	2.161.920

Total do ativo **2.110.544** 2.161.920
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros (Especial)	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	249.394	9.539	182.424	21.316	-	-	2.467	471.701
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	18.196	-	18.196
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.196	-	18.196
Garhos (perdas) atuárias	-	-	-	-	-	(153)	(153)	-
Tributos diferidos sobre ganhos atuários	-	-	-	-	-	(787)	(787)	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-	-	-	-	18.196	(940)	17.256
Transações com acionistas e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação para a reserva legal	-	1.122	-	-	-	-	-	1.122
Destinação para a reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	20.142	-	-	-	-	20.142
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	-	1.122	20.142	-	-	-	-	21.264
Depreciação de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(1.662)	1.662	-	-
Baixa de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários por baixa de ativos	-	-	-	(1.406)	-	1.406	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	249.394	10.661	202.566	21.910	2.899	-	1.527	488.957
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	157.654	-	157.654
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	157.654	-	157.654
Garhos (perdas) atuárias	-	-	-	-	-	(4.864)	(4.864)	-
Hedge Accounting - Fluxo de Caixa	-	-	-	-	-	(2.203)	(2.203)	-
Tributos diferidos sobre ganhos atuários	-	-	-	-	-	2.403	2.403	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-	-	-	-	157.654	(4.664)	152.990
Transações com acionistas e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(23.000)	-	-	-	-	(23.000)
Destinação para a reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	160.641	-	-	-	-	160.641
Aumento de Capital	-	97.667	(97.667)	-	-	-	-	-
Incorporação	-	(346.061)	-	-	-	-	-	(346.061)
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	-	(248.394)	39.974	-	-	(160.641)	-	(369.061)
Depreciação de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(1.589)	1.589	-	-
Baixa de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários por baixa de ativos	-	-	-	-	(1.398)	1.398	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	10.661	242.540	20.512	1.310	-	(3.137)	272.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: a) **Objeto social, produtos e marcas:** A Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. ("Companhia") foi fundada em 1938, é uma sociedade anônima de capital fechado, tem sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a produção e comercialização das linhas de produtos apresentadas abaixo: • Produtos de consumo - compreendem as seguintes linhas de produtos e respectivas marcas, comercializadas no mercado varejista, atacadista e por distribuidores: Papel Higiénico - Personal, Personal V17 e Char-Well; Toalha de Papel - Snid, Guardanapo - Snid e Santeplé; Lenço de Papel - Kiss; Faldões; Guardanapo - Snid; Guardanapo - Snid e Santeplé; Personal Soft and Protect; Absorvente Externo e Protetor Íntimo - Sym. • Demais negócios - compreendem a linha "Profissional", que é composta por produtos destinados ao segmento de uso corporativo, como indústrias, escritórios, bares e restaurantes, hotéis, shopping centers, entre outros, comercializados através de distribuidores e representantes por meio das marcas Inovata e Eco. A linha Profissional também contempla a instalação de dispensers específicos para cada aplicação (caixa toalha e higiênicos em bobina e enrolfaldado) e a comercialização de uma linha completa de sabonetes cosméticos, desenvolvidos especificamente para esse mercado, bem como álcool gel e anti-sépticos, e nossa unidade de negócios não considera também os papéis especiais - produtos com características especiais para mercado B2B e que têm diversas aplicações na indústria, principalmente, no uso de embalagens flexíveis. O atual parque industrial é composto por três unidades fabris em operação nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul: • Unidade Faldão Haidar (UFH) (Bragança Paulista - SP) - dedica-se à fabricação de papel e conversão e ao papel higiênico, toalhas, lenços e guardanapos, faldões, absorventes e protetores íntimos, bem como o mix completo da linha Profissional. • Unidade da Penha (UP) (São Paulo - SP) - dedica-se à fabricação de papel, inclusive especiais. • Unidade de Guabuba (UG) (Guabuba - RJ) - dedica-se à fabricação de papéis especiais. A distribuição dos produtos em escala nacional ocorre através do Centro de Distribuição, adjacente à sua principal unidade de produção, localizada em Bragança Paulista, SP, e (ii) de distribuição localizado em Alhandra, ES, e (iii) de filiais e distribuidores em diferentes estados. b) **Posição patrimonial, financeira e planos da Administração.** A Administração tem enviado esforços contínuos para melhorar os resultados e a liquidez da Companhia, dentre os quais se destacam as seguintes ações: (i) Em 2020, a Companhia se manteve focada em iniciativas voltadas à contenção de despesas e aumento da produtividade e, em paralelo, continuou tomando as medidas necessárias para realizar os repasses nos preços de seus produtos que tiveram aumento de custo decorrente do aumento dos repasses dos aumentos de custo e, dessa forma, recuperou o nível de rentabilidade observado no período pré-pandemia. Adicionalmente, houve levantamento de novos empréstimos no montante de R\$ 390 milhões destinados substancialmente ao alongamento da dívida. (iv) Em 2023 houve o alongamento de R\$ 351,5 milhões de dívidas bancárias. c) **Mudança do controle acionário:** No dia 27 de fevereiro de 2020, as únicas empresas acionistas da Companhia, SOL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGICA e RFLCA PARTICIPAÇÕES LTDA. ("Vendedores"), entraram em um acordo de venda da totalidade de suas participações societárias da Companhia à H&PC BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A. ("Compradora"). A transação estava sujeita a determinadas condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo aprovação da transação pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Em 16 de abril de 2020 transcorreu em branco o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação de tal operação, que culminou na conclusão e arquivamento do processo. Na transação ficou estabelecido que os "Vendedores", de forma direta ou por meio de um veículo pertencente ao mesmo grupo econômico, adquiriram a totalidade dos ativos da unidade de Governador Valadares, cuja operação estava parcelada desde 2016. Tal venda foi realizada pelo preço de R\$ 24.803 e a transferência efetiva dos ativos ocorreu em junho de 2020. Os recursos recebidos foram utilizados para liquidação de parte da dívida bancária da Companhia em 29 de junho de 2020. Portanto, em 29 de junho de 2020 ocorreu também o fechamento da operação de aquisição de 100% das ações da Companhia pela H&PC Brazil Participações S.A. ("Compradora"). A Compradora é uma subsidiária brasileira das empresas DAIO PAPER CORPORATION (com 51%) e MARUBENI CORPORATION (com 49%), ambas sediadas em Tóquio, Japão. Enquanto a primeira é líder asiática na produção de papéis têxtil e de produtos para cuidados pessoais, a segunda tem diversificada participação em diversos segmentos de negócios no Japão e no mercado internacional e com esta aquisição pretende entrar no mercado de produtos H&PC (papel higiênico e produtos de limpeza doméstica, guardanapos, toalhas etc.). Foi aprovada em assembleia geral dos acionistas realizada em agosto de 2023 a incorporação da Compradora cujo ativo líquido foi avaliado em (R\$ 346.061) e diante disso houve redução do capital social proporcionalmente.

	Nota	Incorporação
Ativo		
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	35
Outros ativos	9	12
Total do ativo		47
Passivo		
Circulante		
Provisões diversas	18	402
Outras contas a pagar	19	95.205
Não circulante		
Outras contas a pagar	19	250.501
Total do passivo		346.108
Ativo líquido negativo	22	(346.061)

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação de ativos e passivos como instrumentos financeiros (quando aplicável), mensurados ao valor justo contra o resultado, e do imobilizado mensurado pelo "custo atribuído" na data de transição para o "CPC" e "IFRS". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em registros apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Mudanças nas principais políticas contábeis: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 2 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração de inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e a IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgar suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Forma Tributária Internacional - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória a

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita líquida das vendas	23	2.438.535	2.133.605
Custo dos produtos vendidos	24	(1.632.050)	(1.585.779)
Lucro bruto		806.485	547.826
Recargas (despesas) operacionais			
Com vendas e atividades operacionais	24	(432.139)	(400.905)
Gerais e administrativas	24	(94.771)	(81.370)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	18.222	21.091
Constituição de provisão para redução ao valor			
recuperável de contas a receber e ativos de contrato	6	(606)	(7)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		291.191	86.635
Resultado financeiro			
Variações financeiras	25	61.192	84.667
Receitas operacionais	25	(195.772)	(165.047)
Receitas monetárias e cambiais	25	27.836	5.763
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(106.744)	(74.617)
Imposto de renda e contribuição social		190.447	12.018
Corrente	21	(48.449)	(11.215)
Diferidos	21	15.656	17.393
		(32.793)	6.178
Lucro líquido do exercício		157.654	18.196
Ações em circulação no final do exercício	22	1.000.000	63.065
Lucro líquido do exercício por ação - básico e diluído	22	0,16	0,29

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	157.654	18.196
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes		
• Ganhos (perdas) atuárias	(4.864)	(940)
Hedge Accounting - Fluxo de Caixa	(2.203)	-
Tributos diferidos sobre outros resultados abrangentes	2.403	-
Resultado abrangente do exercício	152.990	17.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

passivo financeiro baseado nos termos modificados e reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e o contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando o mesmo instrumento, a Companhia tenha atualmente um direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge": Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como contratos de câmbio futuros para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são reconhecidos nos resultados financeiros quando o valor justo é positivo em caso de passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como: • Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido de um compromisso firme não reconhecido; • Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de não conseguir realizar um compromisso firme não reconhecido, ou • Hedges de investimento financeiro quando o valor justo é positivo em caso de passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como: • Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido de um compromisso firme não reconhecido; • Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de não conseguir realizar um compromisso firme não reconhecido, ou • Hedges de investimento financeiro quando o valor justo é positivo em caso de passivos financeiros quando o valor justo é negativo. A Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e • O índice de hedge na relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: **Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente no resultado patrimonial. A natureza do hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de hedge. A Companhia utiliza contratos futuros de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes. A parcela inefetiva é reconhecida como outras despesas. **v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge": Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Hedges de valor justo:** A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge é reconhecida no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado financeiro. O balanço do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)											
3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis críticas e de valor justo: Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem entre outros: (a) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (i) Nota explicativa 6 - Contas a receber: perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (determinação sobre a existência de uma perda ao valor recuperável): As provisões para perdas com contratos a receber de clientes e ativos de comércio são mensuradas ao valor justo de acordo com a expectativa para a vida útil do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. São incluídas informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (<i>forward-looking</i>). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: (i) o prazo de vencimento é 17 - Imobilizado e Intangível: (a) Determinação do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e valor em uso: O valor residual e prazos de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis são revisados anualmente pela área técnico-operacional e consultores externos, levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de <i>impairment</i> de ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizados. Um <i>impairment</i> existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. (b) Nota explicativa 20 - Provisões para demandas judiciais (principais premissas): (i) Estimativa da provabilidade e magnitude de saída de recursos: As provisões para demandas judiciais são reconhecidas no resultado em despesas gerais e administrativas, quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante for estimável com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (v) Nota explicativa 21 - Imposto de renda e contribuição social diferidos (determinação de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social possam ser utilizados): Os ativos e passivos diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social entre valores contábeis e base fiscal, registradas provisões por conta de situações que em que uma perda é esperada por conta de não haver exercitadas as opções tributárias futuras suficientes para suportar os valores registrados. Nos termos do CPC 32 - Tributos sobre lucro e IAS 12 - Income taxes, o saldo de ativos fiscais diferidos será compensado em período de até dez anos, e uma perda é reconhecida se o valor presente do lucro tributável projetado nesse período não for suficiente para recuperar o saldo mantido na data-base, pelo valor da diferença. As projeções realizadas pela Administração da Companhia utilizam premissas e índices disponíveis por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e são fundamentadas no seu Plano de Negócios; e (vi) Nota explicativa 28 - Gestão de capital, risco financeiro e instrumentos financeiros (classificação, mensuração e determinação de valores justos): Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio da combinação de informações e dados disponíveis no mercado e de metodologias próprias de avaliações, selecionadas a partir de julgamentos visando produzir o valor de realização mais adequado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas contábeis poderá resultar em variações em relação aos valores estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano, e na avaliação mais recente da Companhia as estimativas e premissas contábeis adotadas se mostravam suficientes.											
4. Caixa e equivalentes de caixa											
Caixa e bancos 46.745 5.647											
Aplicações financeiras (i) 173.305 211.558											
Total 220.050 217.205											
(i) As aplicações financeiras são Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) e operação comprometida de liquidez imediata, por isso foram classificadas como caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os CDB's e operação comprometida possuíam remuneração média de 91,17% do CDI (94,6% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e são utilizadas na gestão de caixa e pagamentos das obrigações de curto prazo da Companhia.											
5. Instrumentos financeiros											
A composição dos saldos é como segue:											
Ativo											
Certificados de depósitos bancários 6.810 6.188											
Swap de câmbio (i) 8.970 -											
Não circulante 15.780 6.188											
Total 15.780 6.188											
(i) Vide nota explicativa 28.2 (h). Os saldos contábeis de instrumentos financeiros da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:											
2023 2022											
Reais 6.810 6.188											
Dólares americanos 8.970 -											
Total 15.780 6.188											
Os certificados de depósitos bancários são remunerados a 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 e 103,7% em 31 de dezembro de 2022, sendo que essas valores são mantidos como garantias dadas por conta de um processo judicial.											
6. Contas a receber											
A composição dos saldos é como segue:											
2023 2022											
Clientes no exterior 390.588 380.132											
Clientes no país 21.461 31.541											
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (4.371) (4.728)											
Provisão para acordos contratuais (i) (26.660) (21.444)											
Total 381.016 385.501											
(i) Refere-se à estimativa de valores a pagar relacionados a compromissos assumidos em contrato com clientes para apoio comercial, logístico e financeiro, liquidados por meio de abatimento em recebíveis trimestrais e anuais.											
à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que o ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada a realidade, pelo preço de arrendamento incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa taxa fixa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O preço de arrendamento é determinado sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (a) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (b) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (c) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (d) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera a opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e o registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem a definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. (b) Como arrendador: A Companhia não possui contratos como arrendador. 2.19. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados: Oportunidades de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Outros benefícios de longo prazo a empregados: A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Receitas são reconhecidas no resultado do período. 2.20. Receita operacional: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto, que é quando a obrigação de performance é cumprida junto ao seus clientes. A Companhia possui com determinados clientes acordos comerciais que permitem alguns descontos especiais, esses descontos são contabilizados como redução da receita de vendas. 2.21. Receita e despesa financeira: A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que descarta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro - ou - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. 2.22. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros, como para instrumentos não financeiros (veja nota explicativa 28). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o "ativo" cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado de um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e preço de venda, a Companhia mensura o valor justo com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.											
7. Estoques											
2023 2022											
Produtos acabados 123.071 107.465											
Matérias-primas 40.785 34.521											
Materiais auxiliares e componentes 8.818 9.107											
Materiais em poder de terceiros 24.411 13.627											
Materiais intermediários 5.114 14.526											
Importações e materiais em trânsito 9.034 11.602											
Almoxarifado 21.612 19.524											
Outros 108 112											
Provisão para perda nos estoques (2.080) (2.349)											
Total 230.880 208.135											
As movimentações na provisão para perda nos estoques são as seguintes:											
Em 31 de dezembro de 2021 (2.608)											
(-) Adições (1.521)											
(+/-) Baixa/estornos 1.780											
Em 31 de dezembro de 2022 (2.349)											
(-) Adições (789)											
(+/-) Baixa/estornos 1.058											
Em 31 de dezembro de 2023 (2.080)											
Parte dos estoques foi dado em garantia nas operações de fornecimento de matéria prima. Em contrapartida a Companhia obteve ampliação do limite de crédito adicional de R\$ 36.000 em 31 de dezembro de 2023 e 2022.											
8. Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social											
2023 2022											
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) (ii) 62.615 33.710											
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (ii) 20.090 11.474											
Total imposto de renda e contribuição social 82.705 45.184											
Circulante 1.924 -											
Não circulante 80.781 45.184											
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i) 78.145 74.750											
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (v) 139.251 263.133											
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) 5.052 6.550											
REINTEGRA - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras 523 431											
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) (iv) 42.485 34.542											
Contribuições previdenciárias (INSS) (iii) 22.909 19.520											
Total tributos a recuperar 288.365 398.936											
Circulante 144.619 194.991											
Não circulante 143.746 204.045											
Itens sem efeito Caixa:											
Reconhecimentos de tributos federais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 146.887 (R\$ 107.595 em 31 de dezembro de 2022).											
(i) (a) Créditos ICMS sobre bonificações concedidas incondicionalmente cujo valor atualizado perfaz o montante de R\$ 52.063 (R\$ 42.093 em 31 de dezembro de 2022). Diante do atual posicionamento do STJ e do STJ, as bonificações incondicionalmente concedidas podem ser excluídas das bases de cálculo do ICMS (Súmula nº 457 do STJ) e; (b) o saldo remanescente de R\$ 26.081 (R\$ 32.657 em 31 de dezembro de 2022) se refere aos créditos de ICMS como resultado das operações normais da Companhia, além dos créditos de CIAP e Incentivo fiscal ICMS gerados pelo Estado da Paraíba.											
(ii) O saldo demonstrado refere-se à: (a) Com base no processo RE 1.063.187/SC - Tema 962 de repercussão geral no STF que decidiu por unanimidade pela inconstitucionalidade de da incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic em repêção do indébito tendo em vista sua função de reconstrução do patrimônio do contribuinte, que não configura nem o provento para a empresa, a Companhia registrou créditos nos montantes de R\$ 48.495 (R\$ 31.873 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 15.700 (R\$ 11.474 em 31 de dezembro de 2022), de IRPJ e CSLL, respectivamente e (b) Créditos referentes ao IRPJ a restituir de anos anteriores estão R\$ 1.924 (R\$ 1.837 em 31 de dezembro de 2022) devido à antecipação de imposto. (c) Como base no recurso especial Nº 1945110 (RS 2021/0190993-1), tema 1182, no qual o STJ decidiu em sede de repetitivo que deve haver a exclusão de benefícios fiscais da base do IRPJ e CSLL, a Companhia registrou em 2023 o crédito de R\$ 12.196 e R\$ 4.390, de IRPJ e CSLL, respectivamente. Não foram registrados créditos dessa natureza em 2022.											
(iii) O saldo demonstrado refere-se à: (a) créditos extemporâneos de INSS sobre cooperativas no montante de R\$ 319 (R\$ 319 em 31 de dezembro de 2022); (b) INSS Previdenciário oriundos de processo judicial que questiona a incidência da contribuição social sobre alguns verbas pagas na folha de pagamento, que não se destinam a "retribuir o trabalho", como determina artigo 22, I, da Lei nº 8.212/1991, no montante de R\$ 27.028 (R\$ 18.650 em 31 de dezembro de 2022); (c) redução da alíquota do INSS RAT de acordo com CBO (Código Brasileiro de Ocupação) da Unidade Penha que resultou em créditos no montante de R\$ 561 (R\$ 561 em 31 de dezembro de 2022).											
(iv) Inclui: (a) Crédito de IPI sobre bonificações concedidas incondicionalmente R\$ 1.928 (R\$ 1.928 em 31 de dezembro de 2022); (b) o saldo remanescente de R\$ 40.557 (R\$ 32.614 em 31 de dezembro de 2022) se refere a créditos de IPI como resultado das operações normais da Companhia.											
(v) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, substancialmente: (a) aos créditos decorrentes da desoneração de PIS e COFINS sobre o papel higiênico, que passou a vigorar a partir de 8 de março de 2013, por meio da MP nº 609/2013, convertida na Lei nº 12.839/2013, no montante de R\$ 46.774 (R\$ 93.366 em 31 de dezembro de 2022); (b) Crédito referente a ação transitada em julgado em referente a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e a CSLL em R\$ 54.256 (R\$ 136.430 em 31 de dezembro de 2022); (c) R\$ 38.221 (R\$ 33.337 em 31 de dezembro de 2022) de ação ajuizada em setembro de 2014 de créditos de PIS e COFINS sobre fretes de transferência entre unidades.											
A Administração da Companhia vem tomando medidas para acelerar a monetização dos créditos tributários. Em relação aos tributos federais, a Companhia tem realizado pedidos de ressarcimento/restituição para os créditos gerados em sua operação normal e impetrado mandados de segurança após um ano da realização dos pedidos com intuito de acelerar a homologação por parte da Receita Federal.											
9. Despesas antecipadas, outros ativos e depósitos compensatórios e judiciais: A Companhia tem registrado como outros ativos, créditos e valores os seguintes saldos:											
2023 2022											
Circulante 10.189 15.359											
Despesas antecipadas (i) 11.138 2.915											
Outros ativos circulantes (ii) - -											
Não circulante - -											
Depósitos compulsórios e judiciais (iii) 9.826 10.834											
Despesas antecipadas (i) - 3.942											
(i) Basicamente: (a) prêmio de seguros no montante de R\$ 5.478 (R\$ 14.525 em 31 de dezembro de 2022); (b) frete de transferência entre depósitos R\$ 4.389 (R\$ 3.855 em 31 de dezembro de 2022); e (c) despesas com assistência médica registradas antecipadamente de R\$ 797 (R\$ 725 em 31 de dezembro de 2022).											
(ii) Refere-se a rebates negociados junto a fornecedores, adiantamentos de férias aos funcionários, outros créditos e créditos de devolução de compras no montante de R\$ 11.138 (R\$ 2.915 em 31 de dezembro de 2022).											
(iii) Depósitos recursais e judiciais de reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias.											
10. Imobilizado: A movimentação dos saldos do imobilizado está apresentada da seguinte forma:											
2022 Adição Baixa Rrencia 2023											
Terrenos 28.994 - - - 28.994											
Edificações e benfeitorias 42 123.480 (38.708) 84.772 86.601											
Máquinas e equipamentos 15 892.581 (499.430) 393.551 406.222											
Instalações 10 129.526 (82.155) 47.371 49.653											
Equipamentos de informática 5 17.116 (15.878) 1.238 1.399											
Veículos 6 370 (241) 129 104											
Móveis e utensílios 12 15.829 (12.044) 3.785 3.077											
Dispensers 3 78.336 (63.216) 15.120 20.345											
Direito de uso do ativo - CPC 06 (R2) (i) 298.462 (118.690) 179.772 176.877											
Total em operação 1.585.094 (830.362) 754.732 773.272											
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento 11.218 - 11.218 8.689											
Total 1.596.312 (830.362) 765.950 781.961											
Movimentação do custo											
Terrenos 28.994 - - - 28.994											
Edificações e benfeitorias 121.818 - - 1.662 123.480											
Máquinas e equipamentos 121.818 - (i) 29.665 892.981											
Instalações 863.317 - (69) 5.015 129.526											
Equipamentos de informática 16.872 - - 244 1.399											
Veículos 327 - - 43 370											
Móveis e utensílios 14.493 - (24) 1.360 15.829											
Dispensers 76.585 3.074 (1.323) - 78.336											
Direito de uso do ativo - CPC 06 (R2) 264.000 34.462 - - 298.462											
Direito de uso do ativo - CPC 06 (R2) 1.510.986 37.536 (1.417) 37.989 1.585.094											
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento 8.689 40.518 - (37.989) 11.218											
Total 1.519.675 78.054 (1.417) - 1.596.312											
As movimentações na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber da Companhia são as seguintes:											
Em 31 de dezembro de 2021 (15.656)											
(-) Adições (68)											
(+/-) Reversões (4.728)											
Em 31 de dezembro de 2022 (10.996)											
(-) Adições (701)											
(+/-) Reversões 1.056											
Em 31 de dezembro de 2023 (4.373)											
A Companhia tem como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando o critério de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, sendo substancialmente os títulos vencidos acima de 90 dias, exceto aqueles amparados por garantias, defuzidos por mudanças em trânsito, e a totalidade dos títulos de clientes concordantes e avaliados, ponderando as evoluções e evidências de negociação. Para atender aos requisitos do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros de perdas esperadas, a Companhia realizou um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo para os recebíveis a vencer e vencidos até 90 dias, observando a evolução das faixas de vencimento e conciliando os títulos atrasados do período para identificar a eficiência no recebimento e concluiu que não há efeitos de perdas de créditos esperados significativas e alterações substanciais nas demonstrações financeiras em relação ao que já é adotado e praticado pela Companhia, principalmente, em função do rígido mecanismo de análise de liquidez de seus clientes. Os saldos a receber das grandes redes de varejo são liquidados periodicamente, inclusive via compensação de provisões para acordos contratuais, e, nesse caso, nenhuma provisão para perdas com crédito desses clientes foi constituída. A Administração da Companhia entende que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pela sua composição diluída, e considera a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber suficiente para cobrir perdas prováveis sobre valores a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2023, não há recebíveis dados em garantia nas operações de empréstimos e financiamentos. Parte dos recebíveis foi dado em garantia nas operações de fornecimento de matéria prima. Em contrapartida a Companhia obteve ampliação do limite de crédito e descontos adicionais. O valor total dos recebíveis dados em garantia foi de R\$ 12.000 em 31 de dezembro de 2023 e 2022.											
11. Intangível: O saldo é composto basicamente por licenças de uso de softwares que são amortizadas pela taxa média ponderada de 25% a.a. A composição do saldo e a movimentação entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas da seguinte:											
Saldo em 31 de dezembro de 2021 4.479											
Adições 5.591 -											
Amortizações (i) (4.849) -											
Saldo em 31 de dezembro de 2022 5.221											
Adições 3.980 -											
Baixas - -											
Amortizações (i) (5.511) -											
Saldo em 31 de dezembro de 2023 3.690											
(i) O montante de depreciação apresentado no mapa de imobilizado somado à amortização do intangível apresentará uma divergência em relação ao montante apresentado na DFC em função do estorno relativo aos créditos de PIS e COFINS decorrentes do direito de uso do ativo.											
Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imobilizações em andamento totalizou R\$ 11.218 (R\$ 8.689 em 31 de dezembro de 2022) e refere-se basicamente aos projetos industriais, com expectativa de entrarem em operação ao longo dos próximos meses. Conforme fundamentado na nota explicativa 2.17 - Recuperação de ativos não financeiros, a Companhia não identifica a existência de indicadores que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima dos valores recuperáveis. Dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida, tampouco se observou necessidade de reavaliar os aspectos relacionados a <i>impairment</i> nessas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, não há itens do imobilizado dados em garantia nas operações de empréstimos e financiamentos. Parte do ativo imobilizado foi dado em garantia nas operações de fornecimento de matéria prima. Em contrapartida a Companhia obteve ampliação do limite de crédito e descontos adicionais. O valor total do imobilizado dado em garantia foi de R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2023 e 2022.											
12. Empréstimos e financiamentos: Em setembro de 2021, a Companhia captou um empréstimo no montante de R\$ 200.000 junto ao seu acionista Daoper Paper Corporation para fins de capital de giro. Esta operação foi aprovada pelo Conselho da Administração em 27 de agosto de 2021. Em 1º de agosto de 2022 essa operação foi totalmente liquidada. Em Junho de 2022 a Companhia contraiu novo empréstimo sob o amparo da lei 4131 no montante de R\$ 389.972 destinados ao alongamento de sua dívida. Em 2023 houve alongamento de R\$ 351.502 dívidas bancárias Em alguns contratos há <i>covenants</i> financeiros e os principais termos destas dívidas são os seguintes: Covenants financeiros: * Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida/Patrimônio Líquido , sendo que os índices deverão ser apurados anualmente; * Patrimônio líquido positivo durante o prazo do contrato; * Não incorrer em prejuízo operacional , por 02 (dois) exercícios sociais consecutivos, durante o prazo do contrato; * Não distribuir dividendos caso o Patrimônio Líquido represente menos de 10% do seu Ativo Total. Garantias: * Não há garantias reais. Os demais termos contratuais pactuados como prazos e taxas de juros já estão divulgados nestas demonstrações financeiras nas notas explicativas a seguir. b) Taxas médias anuais dos empréstimos e financiamentos											
Encargos financeiros anuais - média ponderada - % a.a. em 31 de dezembro de 2023 2023 2022											
Modalidade											
Moeda nacional Pós-fixada média de CDI+1,47 % 177.982 304.015											
Capital de giro											
Moeda estrangeira											
Exportação - - - -											
Pré-pagamento/ACC Pré fixada média de 6,503% 72.162 83.624											
Empréstimo lei 4131 Pré fixada média de 4,396% 401.568 373.038											
Total 651.712 760.677											
Circulante 130.257 443.217											
Não circulante 521.455 317.460											
Os saldos contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:											
2023 2022											
Reais 177.982 304.015											
Dólares americanos 473.730 456.662											
Total 651.712 760.677											
Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão demonstrados da seguinte forma:											
2023 2022											
2024 - 49.744											
2025 116.996 44.947											
2026 225.155 40.787											
2027 179.304 181.982											
Total 521.455 317.460											
A Companhia tem parte de seus passivos financeiros vinculados a contratos com cláusulas restritivas (<i>covenants</i>), pelos quais está obrigado a manutenção de limites de alguns índices financeiros, cujo descumprimento pode resultar, a critério dos respectivos credores, após notificação, no vencimento antecipado e a consequente reclassificação para o curto prazo das parcelas de longo prazo das respectivas obrigações. Os <i>covenants</i> financeiros são avaliados pela Administração e reportados anualmente às instituições credoras de acordo com os respectivos contratos. Os resultados apurados em 2023 ficaram dentro dos limites estabelecidos nos contratos. Não houve quebra de <i>covenants</i> . (a) Os fluxos de pagamentos futuros do principal e juros da dívida de empréstimos e financiamentos são os seguintes:											
Valor Até 1 2											
divida Moeda meses anos Total											
Empréstimos e financiamentos											
177.982 R\$ Principal 27.536 150.401 177.937											
Juros 45 - 45											
27.581 150.401 177.982											
Empréstimos e financiamentos e											
473.730 USD Principal 102.253 371.054 473.307											
Juros 423 - 423											
102.676 371.054 473.730											
Total 651.712 130.257 521.455 651.712											
c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento											
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:											
Fluxo de caixa											
2022 Adições Pagamentos Juros pagos Transferências											
Variação não monetária											
Efeito de Ajuste a											
taxa de câmbio valor justo											
Juros											
2023											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos 443.217 92.083 (171.350) (59.630) (203.995) (30.548) 4.956 55.524 130.257											
Reais 443.217 92.083 (171.350) (59.630) (203.995) (30.548) 4.956 55.524 130.257											
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos 317.460 - - - 203.995 - - - 521.455											
Reais 317.460 - - - 203.995 - - - 521.455											
Dólares americanos 760.677 92.083 (171.350) (59.630) - - - - 651.712											
ii) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:											
Fluxo de caixa											
											

b) Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos reconhecidos no passivo não circulante

	2023	2022
2023	-	11.389
2024	23.854	10.149
2025	11.413	10.748
2026	11.484	11.903
2027	12.594	13.183
2028	13.948	14.603
Mais de 5 anos	106.134	111.097
Total	179.427	183.072

c) Pagamentos de arrendamentos de alugueis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 6.714 (R\$ 5.287 em 31 de dezembro de 2022) referente às despesas relacionadas ao pagamento de alugueis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo nas demonstrações financeiras.

d) Impactos no fluxo de caixa

	2023	2022
Fluxo das atividades operacionais	-	-
Apropriação de juros	20.624	19.506
Depreciação de direito de uso	32.097	28.539
Deixas	-	85
Fluxo das atividades de financiamento	-	-
Pagamento de principal de arrendamento	25.355	22.055
Pagamento de juros de arrendamento	22.068	20.787
Itens sem efeito caixa	-	-
Remensuração	34.966	22.341

e) Maturidade dos passivos de arrendamento

	2023	2022				
Fluxo de pagamentos futuros	2024	2025	2026	2027	2028	diante
Fluxo de desembolso sem AVP	47.869	41.142	26.837	25.733	25.618	164.383
Taxa média de inflação (%) (i)	48.728	43.133	29.421	29.259	30.165	220.125
Contra média de inflação (%) (i)	4,11	3,90	4,00	4,00	4,00	4,00

(i) Taxas obtidas através das projeções do relatório de mercado Focus emitido pelo Bacem em 17 de março de 2023.

Efeitos da inflação na base

	2023	2022
Ativo de direito de uso	179.772	176.877
Passivo com inflação	228.631	249.720
Passivo de arrendamento	207.051	198.884
Passivo com inflação	255.898	271.732
Apropriação de juros dos arrendamentos	20.624	19.506
Passivo com inflação	21.402	20.635
Depreciação de direito de uso	32.097	28.539
Passivo com inflação	33.307	30.191

18. Provisões diversas: A Companhia tem registrado como provisões diversas os seguintes saldos:

	2023	2022
Provisão para fretes	5.893	9.127
Provisão de serviços de terceiros (i)	6.988	8.663
Provisão para contas a pagar	5.544	4.006
Outras	1.173	609
Total	19.598	22.405

(i) Refere-se ao success fee de advogados que patrocinaram as ações judiciais de créditos tributários reconhecidos pela Companhia.

19. Outras contas a pagar: A Companhia tem registrado como outras contas a pagar os seguintes saldos:

	2023	2022
Fretes	30.176	29.203
Verbas e ações promocionais	181	146
Concessionárias (água, luz e telefone)	12.549	10.072
Seguros	485	10.032
Valores contratuais a pagar (i)	299.748	-
Outras	5.507	3.309
Total	348.646	52.762

(i) Valores a pagar controlados em conta gráfica devido aos VENDEDORES em função da compra das ações conforme nota 1c.

20. Provisões para demandas judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de origem tributária, trabalhista e cível que se encontram em instâncias diversas. As provisões para demandas judiciais, constituídas para fazer face a prováveis perdas decorrentes dos processos em curso, são efetuadas e atualizadas com base na avaliação da possibilidade de perda estimada pelos consultores jurídicos da Companhia. Os processos classificamos com chances de perda "possível" e "remota" não possuem provisão, por não ser requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IRFS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A composição dos saldos está apresentada a seguir:

	2023	2022
Tributárias	833	825
Trabalhistas	11.550	9.403
Cíveis e outras	14.625	4.648
Total	27.018	14.876

A natureza das atuais provisões pode ser resumida como segue: • **Tributárias** – correspondem substancialmente a divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais com base em opinião de seus consultores jurídicos, é provável expectativa de perda. Os processos judiciais nos quais a Companhia figurava como parte e foram avaliados pelos seus consultores legais como sendo de risco possível montam em 31 de dezembro de 2023 no valor aproximado de R\$ 218.350 (R\$ 212.646 em 31 de dezembro de 2022). Tais processos envolvem principalmente autuações de autoridades fiscais por revisões nas apurações de impostos, como IRPJ, CSLL, ICMS, PIS/COFINS, IPI e INSS, e também ações impetradas pela Companhia como autora questionando critérios e bases de apuração para tributos recolhidos. Devido à sua classificação de risco como possível, essas causas não foram registradas nessas demonstrações financeiras e estão sendo apenas divulgadas, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IRFS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). • **Trabalhistas** – consistem, principalmente, em reclamações de ex-colaboradores relacionadas a disputas sobre o montante de compensação paga sobre demissões, horas extras, pagamento de adicionais por transferências, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía processos trabalhistas com probabilidade de perda possível que totalizavam R\$ 5.099 (R\$ 3.411 em 31 de dezembro de 2022), todos com a mesma natureza das causas prováveis. Devido à sua classificação de risco como possível, essas causas não foram registradas nessas demonstrações financeiras e estão sendo apenas divulgadas, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IRFS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A movimentação da provisão para demandas judiciais é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Provisão para demandas judiciais	15.763	-
Constituição de provisão	1.187	-
Transferência para contas a pagar	(1.716)	-
Reversões	(17)	-
Atualizações (inclusive monetárias)	(341)	-
Em 31 de dezembro de 2022	14.876	-
Constituição de provisão	11.454	-
Transferência para contas a pagar	(3.884)	-
Reversões	(138)	-
Atualizações (inclusive monetárias)	4.710	-
Em 31 de dezembro de 2023	27.018	-

21. Imposto de renda e contribuição social: a) Impostos diferidos: Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, dado o direito executável legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, e considerando que os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável, que faculta a liquidação dos saldos numa base líquida. Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue conforme sua origem:

	Diferido ativo	Diferido passivo
	2023	2022
Prejuízos fiscais de imposto de renda (i)	23.862	34.196
Bases negativas de contribuição social (ii)	10.349	14.046
Total	34.211	48.242

(i) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(ii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(iii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(iv) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(v) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(vi) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(vii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(viii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(ix) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(x) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xi) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xiii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xiv) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xv) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xvi) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xvii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xviii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xix) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xx) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxi) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxiii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxiv) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxv) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxvi) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxvii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxviii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxix) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxx) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxi) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxiii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxiv) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxv) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxvi) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxvii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxviii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xxxix) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xl) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xli) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xlii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xliiii) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

(xliv) Saldo referente a diferenças de cálculo de imposto de renda decorrentes de ajustes de valores contábeis e fiscais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

2022), de IRPJ e CSLL diferidos, respectivamente. (b) Como base no recurso especial Nº 1945110 - RS (2021/0190993-1), tema 1182, no qual o STJ decidiu em sede de repetitivo que deve haver a exclusão de benefícios fiscais da base do IRPJ e CSLL, a Companhia registrou em 2023 o crédito de R\$ 6.393 e R\$ 2.301, de IRPJ e CSLL, respectivamente. Não foram registrados créditos dessa natureza em 2022. A Companhia aguarda o trânsito em julgado dessas ações judiciais para a utilização do crédito.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 e IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributável decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, excluindo aqueles créditos que aguardam decisão judicial para utilização fiscal, nos seguintes exercícios:

	2023	2022
2023	-	-
2024	-	10.492
2025	34.211	6.977
2026	34.211	17.469
Total	68.422	34.938

Ao fim do exercício, os créditos tributários registrados acima possuem prazo de aproveitamento em até dois anos. Sua realização está suportada por orçamento e projeções de resultados para os próximos anos, as quais sinalizam margens líquidas positivas e base de cálculo tributável de imposto de renda e contribuição social futura. O passivo de imposto diferido é decorrente basicamente de reavaliações do ativo imobilizado realizadas em exercícios anteriores, assim como sobre o custo atribuído do ativo imobilizado registrado na data de transição dos CPCs e IRFS. A realização desses impostos diferidos está vinculada à realização por depreciação ou alienação dos correspondentes bens. A estimativa de quando esses valores serão realizados segue a vida útil do ativo imobilizado, de 3 a 42 anos. **b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:** A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	190.447	12.018
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(64.752)	(4.086)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva	-	-
Créditos de IR e CS (i)	32.565	9.667
Adições e exclusões, líquidas - diferenças permanentes	(606)	597
Imposto de renda e contribuição social	(32.793)	6.178
Corrente	(11.215)	17.393
Diferidos	17.222	51.411
Alíquota efetiva - %	17,22	17,22

(i) Refere-se a (a) créditos reconhecidos com base no processo RE 1.063.187/SC – Tema 962 de repercussão geral no STF que decidiu por unanimidade pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic em repetição do indébito tendo em vista sua função de recomposição do patrimônio do contribuinte, que não configura renda ou provento para a empresa, a Companhia registrou créditos nos montantes de R\$ 7.896 (R\$ 7.108 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 2.842 (R\$ 2.559 em 31 de dezembro de 2022) de IRPJ e CSLL correntes e diferidos; (b) créditos registrados sobre base no recurso especial Nº 1945110 - RS (2021/0190993-1), tema 1182, no qual o STJ decidiu em sede de repetitivo que deve haver a exclusão de benefícios fiscais da base do IRPJ e CSLL, a Companhia registrou em 2023 o crédito de R\$ 16.810 e R\$ 6.052, de IRPJ e CSLL, respectivamente. Não foram registrados créditos dessa natureza em 2022. (c) baixa de crédito referente ao exercício de 2013 RS (1.035).

22. Patrimônio líquido: a) Capital social: Integralização de capital social: Em 31 de agosto de 2023 houve o aumento de capital de R\$ 97.667 que foi realizado por meio (i) da utilização de reserva de lucros R\$ 97.663 e (ii) reserva de capital R\$ 4.004. A Companhia incorporou o Patrimônio Líquido da empresa incorporada H&PC Brazil Participações S.A no valor de (R\$ 346.061), sendo emitidas 1 milhão de ações ordinárias e passando o capital integralizado para R\$ 1.000. **b) Reserva legal:** O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. **c) Reservas especial de lucros:** Conforme deliberação do Conselho de Administração em 02 de abril de 2022, o lucro remanescente referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023 montante de R\$ 157.654 (R\$ 20.142 em 31 de dezembro de 2022) foi destinado à reserva especial com base no art. 202, §4º e §5º da Lei das S.A. A Administração considera que a Reserva Especial, não se confunde com a reserva de lucros de que trata o art. 199 da Lei das S.A. não havendo necessária destinação adicional da referida reserva, assim, o saldo total da reserva especial de lucro foi de R\$242.540 em 31 de dezembro de 2023 (R\$202.566 em 31 de dezembro de 2022). **d) Ajustes de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação:** A composição dos ajustes de avaliação patrimonial é formada pelo custo atribuído do ativo imobilizado registrado no momento de transição para as novas práticas contábeis (CPCs e IRFS), incluindo saldo de reserva de reavaliação sobre o ativo imobilizado efetuada em anos anteriores. **e) Dividendos:** O estatuto social permite a distribuição de 100% do lucro de cada exercício, após a dedução da reserva legal, conforme prevê a legislação societária. A Assembleia Geral de Acionistas deliberou sobre o valor de dividendos a ser distribuído e poderá também deliberar sobre a distribuição de resultados na forma de pagamentos de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente. Com a captação das novas dividendos, mencionadas na nota explicativa nº 12, ficou estabelecido em cláusula restritiva que a Companhia não pode distribuir dividendos caso o Patrimônio Líquido represente menos do que 10% do seu Ativo Total. Em 27 de março de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos, com baixa parcial da reserva especial de lucros constituída em 2021, no montante de R\$ 23.000 pagos em duas parcelas, sendo a primeira de R\$ 6.000 em março de 2023 e a segunda, de R\$ 17.000, em junho de 2023. Não será realizada a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023 como previsto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da lei 6.404/76. **f) Lucro por ação básico e diluído:** O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro que possa diluir suas ações e ser considerado no cálculo.

23. Receita líquida das vendas

	2023	2022
Receita bruta de vendas	3.261.362	2.726.934
Imposto de renda	117.973	156.168
Despesa com salários e encargos	(275.965)	(260.572)
Despesas com vendas e outras deduções	(714.229)	(590.379)
Incentivos fiscais	21.721	13.413
Devoluções e cancelamentos	(22.620)	(20.630)
Acordos comerciais e promoções de vendas	(225.672)	(152.201)
Receita líquida de vendas	2.438.535	2.133.605

24. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada nas suas funções. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.301.518)	(1.263.077)
Despesa com salários e encargos	(275.965)	(260.572)
Despesas com vendas e outras deduções	(714.229)	(590.379)
Despesas variáveis de vendas (i)	(104.596)	(83.175)
Despesa com água, telefone, energia elétrica e gás	(136.633)	(151.457)
Depreciação e amortização	(98.289)	(82.635)
Despesa com tributos	(12.870)	(13.280)
Despesa com aluguel	(6.714)	(5.287)
Despesas com transportes	(3.576)	(3.378)
Provisão para perda nos estoques	167	210
Despesas com seguro	(11.360)	(9.467)
Benefícios a empregados	131	87
Outras despesas	(19.372)	(15.352)

Custo total dos custos dos produtos vendidos, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Custo dos produtos vendidos	(1.632.050)	(1.585.779)
Despesas de vendas	(432.139)	(400.905)
Despesas gerais e administrativas	(94.771)	(81.370)
Total	(2.158.960)	(2.068.054)